



5º
Congresso
Nacional
da UGT

**Democracia,
Paz e
Trabalho**

São Paulo - SP - 08 e 09 de Maio de 2023



**UNIÃO GERAL DOS
TRABALHADORES**

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador





Resumo Executivo	3
A crise da democracia é consequência do seu esvaziamento com a retirada dos direitos sociais e ataque aos sindicatos	5
Ascensão da extrema direita e fortalecimento de valores autoritários	8
A influência da direita nas Forças Armadas e na religião	11
A visão de mundo da Guerra Fria nas Forças Armadas	11
A instrumentalização da religião pela extrema direita	13
A revitalização dos sindicatos é uma necessidade urgente	14
Propostas da UGT na construção do tripé Democracia, Paz e Trabalho	17

Resumo Executivo

- O movimento sindical é muito importante para a formação da cidadania e também na agenda política, econômica e na reconstrução da nação brasileira depois da terrível experiência com um governo de extrema direita, do ex-presidente Bolsonaro. A União Geral dos Trabalhadores (UGT), com este documento, revela a busca de protagonismo dos sindicatos para dar solução aos problemas do país.

- Para a UGT, a democracia tem conteúdo. Ela não se resume apenas ao processo eleitoral. Ela diz respeito aos direitos sociais, ao acesso aos serviços públicos de forma igualitária, ao empoderamento da sociedade civil e dos mais variados grupos sociais em decisões plebiscitárias. A democracia não deve ser um discurso vinculado a interesses privados e particulares, e que pode ser descartada quando não há mais interesse.

- O Estado Democrático de Direito só existe quando garante que exista a liberdade de fato, por meio de direitos iguais e da solidariedade social. As Centrais Sindicais devem ter como ponto central a defesa da democracia em sentido amplo com exercício pleno dos direitos sociais e das escolhas da cidadania. Neste sentido, é fundamental que existam sindicatos fortes para a defesa dos interesses dos trabalhadores dentro da democracia.

- A extrema direita cresceu no Brasil e no mundo nos últimos anos, sendo resultado e causa do enfraquecimento da democracia. A satisfação com a democracia possui relação com a satisfação com a economia. Sendo assim, uma democracia puramente formal não tem força e apoio popular.

- A extrema direita no Brasil e no mundo ganhou força a partir de um discurso contra o sistema democrático, porque conseguiu vencer parcelas significativas da população de

que a democracia era o abandono do povo à sua própria sorte.

- O neoliberalismo, com seu discurso contrário à política e sua influência na economia, contribuiu para que não houvesse espaço e nem conteúdo para a democracia como reguladora das relações entre capital e trabalho e para resolver os conflitos distributivos, ou seja, nas decisões sobre como distribuir recursos e benefícios entre diversos membros da sociedade.

- A visão neoliberal da economia de mercados autorregulados exige arrancar pela raiz a política e, junto com ela, também as organizações de ação coletiva como os sindicatos de trabalhadores. Nesta visão, o melhor governo é aquele que protege a economia das demandas dos cidadãos por proteção social e distribuição de renda.

- A eleição de Donald Trump nos EUA demonstrou o risco que as democracias correm nessa primeira quadra do século XXI. Afinal, os EUA não são um país qualquer: são os criadores da ordem mundial liberal pós-Segunda Guerra Mundial. Trump não tinha caráter, intelecto e conhecimento necessários para ser presidente de uma grande república democrática. O mesmo aconteceu no Brasil, quando a extrema direita e o seu líder Bolsonaro tomaram o poder, igualmente sem capacidade intelectual e caráter à altura da tarefa.

- No Brasil, as forças de direita constroem uma forte capacidade de atuação em redes sociais, grupos informais, institutos, movimentos suprapartidários, fundações, e várias iniciativas de mobilização e formação política. Trata-se de um contexto que permite o despertar de ideias e valores que antes não possuíam uma expressão política organizada. No meio disso tudo, duas instituições foram fortemente utilizadas para esse movimento da direita no Brasil: as organi-

zações religiosas, principalmente as várias denominações evangélicas, e as Forças Armadas.

- No Congresso brasileiro existe a importante “bancada da bíblia”. Esses congressistas usam a religião para defender os valores conservadores contra os direitos reprodutivos das mulheres, contra a diversidade de gênero e contrários aos múltiplos modelos de arranjos familiares característicos da modernidade. A religiosidade neopentecostal é diversa, mas as grandes igrejas empresarializadas dominam tanto a bancada quanto a orientação ideológica por meio das teologias da prosperidade e da teologia do domínio que pede o controle dos espaços de poder e das instituições pelos grupos religiosos, conduzindo a uma espécie de teocracia cristã, ou seja, um governo que obedece a normas religiosas. Há uma afinidade muito grande entre o discurso do individualismo, em que existe um “vencedor” e um “perdedor”, da lógica de uma conquista material puramente individual e que vem de Deus.

- A afinidade entre o neopentecostalismo e o neoliberalismo foi bastante funcional para minar os sindicatos e as ações coletivas porque permitiu que a direita utilizasse a religiosidade com a ideia, repetida à exaustão, do “liberal na economia e conservador nos costumes”.

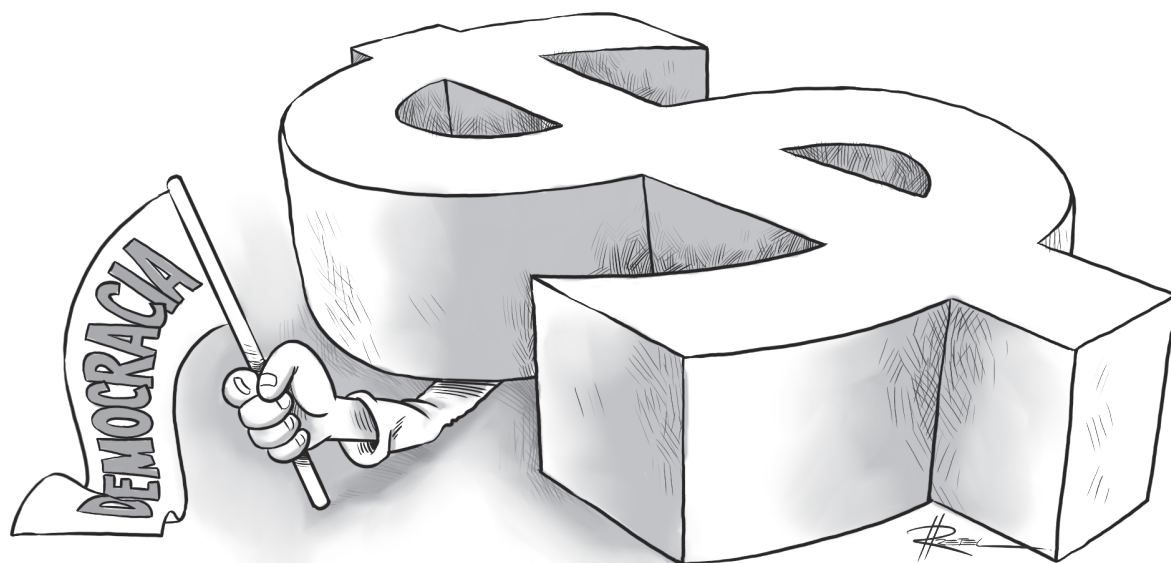
- A ausência de uma justiça de transição e de um esforço sistemático das Forças Armadas do Estado brasileiro no reconhecimento e elaboração crítica do período da ditadura militar não apenas permitiu a reprodução social do pensamento autoritário em símbolos, homenagens, rituais internos, mas também um estranho e perturbador revisionismo histórico do que foi e

do que significou a ditadura militar para a sociedade e nação brasileira. Como se fatos bárbaros pudessem ser justificados ou até mesmo amenizados.

- Com o fim do mandato presidencial de extrema direita, que implementou a política econômica neoliberal, entre os mais importantes impactos produzidos sobre o sindicalismo, destacou-se o tema da sua sustentação financeira. Por outro lado, não havia uma estratégia sindical orientada a enfrentar as mudanças profundas nas relações de trabalho e na sociedade e que se colocasse como limitação preponderante nas respostas sindicais à ofensiva conservadora em curso no Brasil. Com isso, as respostas imediatistas prevalecem, limitando as iniciativas à busca da preservação das estruturas das entidades, sem qualquer ênfase sobre a necessidade de se repensar sua representatividade com os trabalhadores e o seu papel na sociedade.

- Aumentar o número de trabalhadores sindicalizados é parte desta tarefa, mas não é o suficiente. Há uma questão de fundo que consiste em desfazer uma ordem social neoliberal que conquistou corações e mentes e possui, em sua essência, ideias e práticas antissindicais. Não resta dúvida de que essa ordem social neoliberal conseguiu entrar na vida material e espiritual das pessoas. Ainda que mentirosa, ela fortaleceu a crença de que os problemas dos trabalhadores e trabalhadoras são sempre problemas individuais e as responsabilidades são também sempre individuais. Neste contexto, o maior desafio consiste em reconectar os sindicatos com os problemas materiais das pessoas e com o seu cotidiano.

A crise da democracia é consequência do seu esvaziamento com a retirada dos direitos sociais e ataque aos sindicatos



A relação entre democracia e capitalismo sempre foi um processo com muitos conflitos. Já nos séculos XIX e XX, houve um certo temor das elites e da direita política com um sistema político em que a maioria, constituída por trabalhadores, excluídos e classes médias, pudessem dominar as elites econômicas minoritárias. Sempre houve temor, especialmente em um país com forte tradição autoritária como o Brasil, de que as maiorias da sociedade tomassem decisões para redistribuir as riquezas dos mais ricos para as classes trabalhadoras e camadas médias da população.

Mesmo nos países atualmente desenvolvidos, a democracia só ganha certa estabilidade a partir do final da Segunda Guerra Mundial. É fundamental destacar que a estabilidade democrática destes países no pós-guerra é acompa-

nhada de uma mudança estrutural no capitalismo. É o chamado período dos anos dourados, que contou com avanços significativos no Estado de Bem-Estar Social na Europa, com sindicatos fortes, aposentadorias dignas, maior taxação das grandes fortunas, maior regulação das relações entre capital e trabalho, aumento de salários acompanhando o aumento da produtividade do trabalho.

A democracia conquista sua maior legitimidade e estabilidade justamente quando os direitos sociais e econômicos andam junto com os direitos políticos. Vale destacar que a democracia é mais forte no período em que os trabalhadores estão mais organizados em seus sindicatos e no período em que as classes trabalhadoras eram ativas na política partidária.

Para ilustrar isso, lembra-se a importância do Partido Trabalhista no Reino Unido e do Partido Social-Democrata Alemão, além do Partido Socialista Francês enquanto representação político-partidária dos interesses das classes trabalhadoras.

No Brasil, esse processo tomou mais tempo, possivelmente pelo fato de que as elites nunca tiveram um grande afeto pela democracia, mesmo aquela democracia vinda das urnas. Desde 1930, houve 20 presidentes no Brasil. Entre eles, apenas 5 presidentes eleitos concluíram o seu mandato (Eurico Gaspar Dutra - 1946-1950; Juscelino Kubitschek - 1956-1961; Fernando Henrique Cardoso - 1995-2002; Luiz Inácio Lula da Silva - 2003-2010; Jair Bolsonaro - 2019-2022). Os demais 15 presidentes não foram eleitos ou reeleitos, mas, neste último caso, sem concluírem o seu mandato.

A história da república brasileira possui intervalos democráticos intercalados por períodos de regimes de exceção, sendo o mais longo o que teve início com a Constituição de 1988 e a eleição presidencial de 1989. O equivalente europeu da estabilidade democrática em nosso país ocorre a partir da implementação dos direitos sociais com a chamada Constituição Cidadã de 1988. Foi com a Constituição de 1988 que se conquistou o Sistema Único de Saúde, a institucionalização de conselhos participativos, a maior autonomia das universidades, a demarcação das terras indígenas e outros direitos sociais da cidadania.

O que seria a inauguração do nosso capitalismo democrático² coincide com uma lenta e sistemática perda de direitos sociais nos países desenvolvidos. A nossa constituição mais democrática na história da república se instala em um contexto mundial contrário às classes trabalhadoras e seus sindicatos com a promoção do neoliberalismo. Ou seja, a democracia ocorre não apenas porque existem eleições e os candidatos são eleitos por partidos políticos, mas porque as diferentes classes sociais são representadas nos governos. É um processo democrático porque os conflitos entre capital e trabalho são estruturados e regulados nas instituições políticas,

a exemplo dos acordos coletivos do respeito aos sindicatos e do espaço de representação política. É democrático porque existem possibilidades de mudanças na política econômica de acordo com o programa do partido eleito. O capitalismo democrático se define muito pelos seus resultados: redução da desigualdade social, aumento das classes trabalhadoras no consumo de bens e serviços, melhores condições de trabalho com direitos trabalhistas e direitos previdenciários.

A visão neoliberal da economia de mercados autorregulados exige eliminar a política e, junto com ela, as organizações de ação coletiva como os sindicatos de trabalhadores. Nesta visão, o melhor governo é aquele que protege a economia das demandas dos cidadãos por proteção social e redistribuição de renda.

Há uma infeliz coincidência entre a redemocratização do Brasil e de outros países irmãos na América Latina com uma progressiva perda de força política dos sindicatos, com uma fragmentação da classe trabalhadora que foi resultado de um processo precoce e contínuo de desindustrialização, reestruturação produtiva na manufatura e nos serviços, como o caso dos bancários.

2 - Ver Streeck, Wolfgang (2011) *The Crisis in Context: Democratic Capitalism and its contradictions* - <https://cadmus.eui.eu/handle/1814/18134> e Wolf, Martin (2023) *The Crisis of Democratic Capitalism*, London, Penguin Random House UK.

Não foi um processo apenas de perdas, já que os anos de 1990, na sequência da Constituição, foram também os anos de conquista da estabilidade macroeconômica com o Plano Real. Apesar disso, há uma mudança estrutural na economia brasileira que faz com que o crescimento econômico e o aumento da produtividade fiquem estagnados nas últimas décadas.

A indústria perde espaço precocemente em relação a outros países que saíram da renda média (países com PIB per capita entre 4 mil e 12 mil e 500 dólares, o PIB per capita do Brasil é hoje 7.500 dólares), e os serviços que mais crescem estão em atividades com baixos salários e baixa qualificação profissional. Das situações de déficit na balança comercial nos anos de 1990 em função do câmbio valorizado, o Brasil passa a ter superávit nas primeiras décadas do Século XXI com produtos agropecuários. Ou seja, se antes as importações de produtos eram maiores do que as exportações, o país passa para a situação contrária, com exportações maiores do que importações.

O chamado “boom das commodities” proporcionou grandes excedentes que ajudaram a economia do país. Entre 2003 e 2019, o saldo positivo da balança comercial dos produtos agropecuários passou de US\$ 26 bilhões para US\$ 83 bilhões em 2019. A valorização do salário-mínimo e o aumento do consumo das grandes massas permitiram uma pequena redução da desigualdade no país e um crescimento econômico um pouco maior entre os anos de 2003 a 2011.

A relação da situação econômica com a democracia é muito clara quando se verifica que a população é mais satisfeita com a democracia quando a situação econômica está melhor. Entre 1995 e 2020, o período de maior confiança no congresso, nos partidos políticos e nos sindicatos foi entre 2006 e 2010. A confiança alta e média teve um máximo de 51,1% para os sindicatos em 2010, 24,7% nos partidos políticos, e 45,5% no congresso nacional. Os percentuais

não são altos, mas maiores do que o período mais recente, especialmente no ano de 2018 em que Bolsonaro foi eleito. Naquele ano, a confiança nos partidos foi de 6,3%, 12,7% no congresso nacional, e 33,7% nos sindicatos.

A deterioração da percepção da população brasileira em relação à economia foi grande a partir de 2016. Em 2017, 72,2% da população considerava a situação econômica do país ruim e péssima (Latinobarometro, 2017), com uma redução para 68,2% em 2018 e 54,7% em 2020³. A satisfação com a democracia possui relação com a satisfação com a economia, e é fácil perceber tal fato nos dados das pesquisas Latinobarometro dos últimos anos.

Portanto, percebe-se que uma democracia abstrata e puramente formal não tem força política suficiente para ter um grande apoio popular. Nesse sentido, ainda que o neoliberalismo não exista apenas em regimes autoritários, a perda de direitos trabalhistas que já haviam sido conquistados – e o efeito disso na precarização do trabalho – contribuiu muito para a perda de apoio à democracia. A extrema direita no Brasil e no mundo ganhou força a partir de um discurso contra o sistema democrático porque conseguiu convencer parcelas significativas da população de que a democracia era o abandono das massas à sua própria sorte.

Em larga medida, o esvaziamento do conteúdo social e econômico da democracia como espaço para regular as relações entre capital e trabalho e para resolver os conflitos distributivos é resultado do neoliberalismo com o seu discurso contrário à política e sua influência sobre a economia. A visão neoliberal da economia de mercados autorregulados exige eliminar a política e, junto com ela, as organizações de ação coletiva como os sindicatos de trabalhadores. Nesta visão, o melhor governo é aquele que protege a economia das demandas dos cidadãos por proteção social e redistribuição de renda⁴.

3 - Dados disponíveis em <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>. Acessados em 10 de fevereiro de 2023.

4 - Ver Streeck, Wolfgang (2011) *The Crisis in Context: Democratic Capitalism and its contradictions* - <https://cadmus.eui.eu/handle/1814/18134>.

Ascensão da extrema direita e fortalecimento de valores autoritários

No Brasil, como no contexto internacional, observa-se um renascimento da direita, e, em alguns países, o discurso e a ação de movimentos mais extremados a partir de agendas difundidas em mídias digitais. A reprodução social do pensamento de direita no Brasil constitui um enclave no Estado brasileiro, mesmo com a existência da moderna e social-democrata constituição de 1988 e o fortalecimento dos movimentos sociais e sindicais depois do fim do regime militar. Embora a elevação da extrema direita em nível internacional contribua para a difusão e legitimação do pensamento de direita no país, a continuidade de valores autoritários profundamente enraizados nas instituições políticas é ainda mais forte.

No plano internacional, há uma elevação da extrema direita. Após décadas de uma revolução silenciosa nos valores sociais resultante da prolongada experiência de bem-estar social com aumento da renda e maior igualdade social, há uma reação conservadora aos chamados valores de autoex-

pressão⁵. Os valores de autoexpressão são crenças típicas das sociedades mais desenvolvidas, com maior ênfase no respeito ao meio ambiente, à diversidade étnica, cultural e sexual. São valores que estão fortemente relacionados com outros indicadores de desenvolvimento socioeconômico, como o Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH), maior igualdade econômica medida pelo coeficiente Gini, maior PIB per capita, entre outros.

A reação conservadora mistura o desencanto com a democracia liberal fortemente associada com o neoliberalismo e a globalização com seus efeitos negativos sobre as classes médias trabalhadoras dos países desenvolvidos e a perda relativa de status e prestígio dos grupos sociais historicamente integrados na sociedade de classes frente a uma maior diversidade étnica, cultural e sexual e a uma maior presença das

mulheres no mercado de trabalho e em outras esferas da vida social.

Nos EUA, a eleição de Donald Trump é um exemplo de radicalização. Trump foi um presidente que admirava “homens fortes” e a

No plano internacional, há uma ascensão da extrema direita. Após décadas de uma revolução silenciosa nos valores sociais resultante da prolongada experiência de bem-estar social com aumento da renda e maior igualdade social, há uma reação conservadora aos chamados valores de autoexpressão.

5 - Ver Inglehart, Ronald e Welzel, Christian (2009) *Modernização, Mudança Cultural e Democracia*, São Paulo, Francis Editora.



política de homens fortes, odiava a liberdade de imprensa, era indiferente à sobrevivência da aliança ocidental, detestava intensamente a UE, era ferozmente protecionista e estava feliz em intervir sem nenhum critério nas decisões de empresas individuais. Ele não tinha ligações ideológicas com a democracia liberal ou com o capitalismo de livre mercado. Ele era populista, instintivamente autoritário e nacionalista. Ele promulgou a “grande mentira” de que venceu a eleição presidencial de novembro de 2020, que perdeu por uma grande margem, minando, assim, os alicerces da democracia americana. Os EUA não são um país qualquer: são os criadores da ordem mundial liberal pós-Segunda Guerra Mundial. Trump não tinha caráter, intelecto ou o conhecimento necessários para ser presidente de uma grande república democrática. Sua ascen-

são ao poder em 2016 – e a influência contínua sobre o Partido Republicano após sua derrota em 2020 – foi (e continua sendo) um fracasso preocupante para o partido ⁶.

No plano internacional, principalmente nos países europeus, as democracias liberais deixaram de atender as expectativas de grande parcela da população. A decepção econômica é uma das principais explicações para o surgimento de movimentos populistas nas democracias de alta renda. Outros incluem também fatores culturais: ansiedade de status, crença religiosa ou racismo absoluto. Essas são, de fato, importantes condições de fundo. Além disso, muitas dessas mudanças supostamente culturais também estão relacionadas ao que vem acontecendo economicamente: o impacto da desindustrialização sobre a força de trabalho e as pressões da migração econômica sobre as populações estabelecidas estão entre os exemplos importantes. As pessoas esperam que a economia proporcione níveis razoáveis de prosperidade e oportunidades para si mesmas e seus filhos. Quando isso não acontece, em relação a essas expectativas, elas ficam frustradas e ressentidas. Isso é o que aconteceu. Muitas pessoas em países de alta renda condenam o capitalismo global das últimas três ou quatro décadas por esses resultados decepcionantes. Em vez de gerar prosperidade e progresso constante, gerou desigualdade crescente, empregos sem futuro e instabilidade dentro da economia como um todo. Sendo assim, eles, com muita frequência, culpam os forasteiros (minorias e estrangeiros) por essa frustração. Assim, populistas concordam com a necessidade de limitar o comércio internacional. Muitos também veem a necessidade de restringir o movimento de capital e trabalhadores. Todos esses eventos enfraquecem os valores relacionados à autoexpressão e fortalecem os valores associados à sobrevivência material ⁷.

6- Wolf, Martin (2023) *The Crisis of Democratic Capitalism*, London, Penguin Random House UK.

7 - Norris, Pippa e Inglehart, Ronald (2018) *Cultural backlash: Trump, Brexit, and the rise of authoritarian-populism*, New York, Cambridge University Press.

A democracia liberal e o formato do capitalismo global que triunfaram há três décadas perderam a legitimidade até então estabelecida. E por que isso é tão importante? Porque esses são, respectivamente, os sistemas operacionais políticos e econômicos do Ocidente de hoje. A democracia confere soberania a eleitorados definidos pela cidadania. O capitalismo atribui a tomada de decisão aos proprietários e gerentes de empresas privadas envolvidas na competição global. O potencial de conflito entre esses sistemas político e econômico é evidente: a política democrática é nacional, enquanto a economia de mercado é global; e a política democrática se baseia na ideia igualitária de uma pessoa, um voto, enquanto a economia de mercado se baseia na ideia desigualitária de que concorrentes bem-sucedidos são merecedores de colher as recompensas⁸.

Em relação ao trabalho e aos trabalhadores, o século XXI trouxe progressiva piora das condições. Os padrões que caracterizaram as relações de trabalho da segunda metade do século XX, no Brasil, se perderam lentamente neste século, principalmente após a reforma trabalhista de 2017. A reforma é uma mudança significativa de regulação do trabalho, pois altera de modo importante as relações de emprego e acaba, a médio prazo, produzindo efeitos ruins à economia, ao mercado de trabalho, à proteção social e à forma de organização da sociedade brasileira.

O potencial de conflito entre esses sistemas político e econômico é evidente: a política democrática é nacional, enquanto a economia de mercado é global; e a política democrática se baseia na ideia igualitária de uma pessoa, um voto, enquanto a economia de mercado se baseia na ideia desigualitária de que concorrentes bem-sucedidos são merecedores de colher as recompensas.

Desde 2015 o Brasil experimentou recessão econômica e crises políticas que resultaram em importantes impactos para as condições de vida da população em geral e para os trabalhadores e suas organizações sindicais. Nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), foram estabelecidas políticas de cunho neoliberal que determinaram retrocessos nas políticas sociais e nas políticas de trabalho. O governo Bolsonaro aumentou as medidas contra o trabalhador; aliás, o próprio presidente nunca

recebeu ou dialogou com lideranças sindicais de trabalhadores, ao contrário das representações patronais. Bolsonaro foi tão ameaçador ao trabalhador que chegou ao ponto de extinguir o Ministério do Trabalho.

A reforma trabalhista não surge de uma hora para outra, mas sim decorre de pressões do capital e do momento político de fragilidade dos partidos políticos progressistas, e vem amplificar e consolidar mudanças instituídas na lei e na prática das relações de trabalho. Ela se insere numa perspectiva de flexibilização das re-

lações de trabalho que, a pretexto de modernizar a legislação, reduz e retira direitos, aumentando a vulnerabilidade do trabalhador e incidindo negativamente sobre suas formas de organização. A reforma trabalhista constitui um sistema que amplia o poder e a liberdade do capital para determinar as condições de contratação, uso e remuneração do trabalho.

8 - Wolf, Martin (2023) *The Crisis of Democratic Capitalism*, London, Penguin Random House UK.



A influência da direita nas Forças Armadas e na religião

No Brasil, as forças de direita constroem uma forte capacidade de atuação em redes sociais, grupos informais, institutos, movimentos suprapartidários, fundações, e várias iniciativas de mobilização e formação política. Trata-se de um contexto que permite o despertar de ideias e valores que estavam adormecidos. Destacam-se duas instituições que em grande medida foram instrumentalizadas nesse movimento para a direita no Brasil: as organizações religiosas, principalmente as várias denominações evangélicas, e as Forças Armadas.

A visão de mundo da Guerra Fria nas Forças Armadas

No caso das Forças Armadas e de outras instituições do Estado brasileiro, são valores e

ideias de uma herança autoritária que nunca foi passada a limpo. Há uma continuidade surpreendente do pensamento político autoritário em uma das instituições mais antigas do Estado brasileiro, as Forças Armadas. Diferentemente dos nossos países vizinhos na América do Sul que atravessaram regimes ditatoriais, o Brasil não teve uma justiça de transição entre o final da ditadura militar e o regime democrático. Houve uma “Anistia ampla, geral e irrestrita”, alimentada ainda na ditadura civil e militar, que neutralizou quaisquer tentativas de apuração e punição dos crimes do terrorismo de Estado, bem como não permitiu qualquer esforço sistemático de mudança das ideias, condutas e processos no exército brasileiro.

Os militares novamente procuram exercer protagonismo na política nacional. Desde a Proclamação da República, passando pelo Tenentismo, a Revolução de 1930 e o governo militar pós-1964, a influência militar foi decisiva na vida do país. Após a II Guerra Mundial, no

contexto da Guerra Fria, o país ficou alinhado aos EUA; naquele período o anticomunismo foi predominante nas Forças Armadas. Ressalte-se que esses períodos não foram homogêneos, funcionando em um mesmo ideal. Houve divergências, em especial sobre a gestão da economia: é o caso do “nacional desenvolvimentismo” no governo do General Geisel.

Apesar de esforços mais recentes das últimas décadas com os governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, a doutrina militar da época da Guerra Fria – com seus fundamentos ideológicos expressos na guerra contra o comunismo – praticamente não sofreu modificações. Um visitante mais observador do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, verá que o período da ditadura militar não é problematizado em espaço dedicado aos presidentes entre 1964 e 1984. Mesmo os presidentes associados com os momentos mais duros da ditadura militar, como Costa e Silva e Garrastazu Médici, são tratados como competentes e honrados chefes de Estado. É como se, na vizinha Argentina, os generais da junta militar Galtieri, Videla e Massera fossem ainda profundamente admirados em espaço público e turístico sob a manutenção do exército argentino. A ausência de uma justiça de transição e de um esforço sistemático das Forças Armadas do Estado brasileiro no reconhecimento e elaboração crítica do período da ditadura militar permitiu que tais ideais autoritários fossem reproduzidos em símbolos, homenagens e rituais, além de um estranho e perturbador revisionismo histórico do que foi e do que significou a ditadura militar para a sociedade e nação brasileira. Como se os fatos pudessem ser amenizados de alguma forma.

A direita ideológica nas Forças Armadas se organiza em think tanks (institutos privados de estudos) que congregam militares da ativa e da reserva e, no âmbito estatal, na Escola Superior de Guerra (ESG), nascida à sombra do National War College dos EUA. Enquanto a similar estadunidense apresentava como escopo a dedicação aos assuntos ligados à guerra, no Brasil, a prioridade era formar elites pensadoras

para encontrar soluções relativas aos problemas gerais do País (ESG, 2019). Criada em 1949, sob a proteção da nascente doutrina da guerra ao comunismo e de alinhamento com os EUA, a ESG surge no Governo do General Eurico Gaspar Dutra coincidindo com a virada ideológica à direita das forças armadas brasileiras.

O argumento genérico do Instituto Sagres, organizado por militares da reserva, é que existe uma conspiração em nível mundial de uma elite “globalista” e “ultracapitalista” e seus aliados internos no país. Essa elite conta com o apoio de órgãos internacionais, da grande mídia, de personagens do meio artístico-cultural, de meios intelectuais e acadêmicos, de sindicatos e movimentos sociais e de defensores de minorias e do meio ambiente. Seria uma conspiração bancada por governos e pelo grande capital. O liberalismo conservador combateria o ultracapitalismo em nome da liberdade individual e das tradições conservadoras (Sagres, 2021). As teorias conspiratórias são comuns na história, entre essas as que combatem “o grande capital apátrida”. A fase inicial do Nazismo na Alemanha tinha um discurso contra magnatas e banqueiros, especialmente os de origem judia, defesa das tradições do país, dos costumes, da família e, ao mesmo tempo, xenofobia e hostilidade aos intelectuais e minorias.

A continuidade de doutrinas antiquadas nas Forças Armadas e em seus think tanks privados (organizações que se ocupam em disseminar conhecimentos) é característica marcante de países em desenvolvimento. Tais países condensam vários tempos históricos que estão interligados e tornam mais complexas as mudanças sociais e institucionais. As Forças Armadas são parte do Estado democrático de direito e constituem uma instituição de extrema importância na emergência de um mundo multipolar com imensos e complexos desafios para garantir a defesa da soberania nacional. Como as demais instituições do Estado brasileiro, elas merecem atenção do poder democraticamente eleito para que cumpram plenamente a sua vocação em uma nação soberana e democrática.

A instrumentalização da religião pela extrema direita

Entre os deputados e deputadas eleitos em 2022, cerca de 20% são da “bancada da bíblia”. Valem-se da religião para defender os valores conservadores contra os direitos reprodutivos das mulheres, contra a diversidade de gênero e contrários aos múltiplos modelos de arranjos familiares característicos da modernidade tardia. A religiosidade neopentecostal é diversa, mas as grandes igrejas empresarializadas dominam tanto a bancada quanto a orientação ideológica por meio das teologias da prosperidade e da teologia do domínio que postula o controle dos espaços de poder e das instituições pelos grupos religiosos, conduzindo a uma espécie de teocracia cristã, ou seja, um governo que obedece a normas religiosas.

As igrejas neopentecostais possuem enorme capilaridade e se tornaram o principal espaço de socialização dos trabalhadores. A participação em reuniões de organizações religiosas entre uma vez por semana e uma ou duas vezes ao mês corresponde a 54% da amostra da população brasileira (LAPOP⁹, 2019). No caso de organizações para a melhora da comunidade, movimentos sociais e partidos políticos, esse percentual é de 9%, menos de um quinto. A participação das massas trabalhadoras nas igrejas pentecostais contribui para formar aquilo que chamamos de “confiança dentro do

Seriam afirmações apenas absurdas de pequenos grupos e seitas senão fossem tão influentes e reforçadas na maioria dos espaços do neopentecostalismo e do catolicismo conservador.

grupo”. Ou seja, é um tipo de socialização que prejudica a solidariedade social, uma vez que contribui para divisões sociais entre os membros e os não membros das igrejas – ou mesmo entre os que pertencem a uma igreja e os pertencentes a outra.

Nos dados da WVS¹⁰ de 2019, a principal organização de participação social eram as igrejas com 44,9% de membros ativos, seguidas das organizações recreativas com 10,3% de membros ativos, organizações educacionais e recreativas com 6,3%, e os sindicatos com apenas 4,8%.

Por outro lado, há uma afinidade muito grande entre o discurso do individualismo, do “vencedor” e do “perdedor”, e da lógica de uma conquista material puramente individual e emanada de Deus. A afinidade entre o neopentecostalismo e o neoliberalismo foi bastante funcional para minar os sindicatos e as ações coletivas porque permitiu à direita instrumentalizar a religiosidade com o mantra do “liberal na economia e conservador nos costumes”. O uso distorcido da linguagem profética e simbólica chegou a seu momento máximo com a disseminação da ideia de

que Bolsonaro e os políticos de direita teriam sido escolhidos por Deus ou de que os partidos do campo democrático teriam associação com o demoníaco.

Seriam afirmações apenas absurdas de pequenos grupos e seitas senão fossem tão influentes e reforçadas na maioria dos espaços do neopentecostalismo e do catolicismo conservador. O problema da instrumentalização da religião na política é que os valores de hierarquia,

9- Disponível em <https://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil.php> Acessado em 15 de fevereiro.

10 - World Values Survey Dados do Brasil na Wave 7 (Onda 7) disponível em <https://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>. Acessado em 28 de fevereiro de 2023.

exclusão entre o membro e o não membro, fé, lealdade e autoridade adquirem legitimidade como valores públicos, moldando a cultura pública e deslocando os valores tanto da democracia quanto da res publica ¹¹. A politização extrema da religião tem consequências diretas na polarização política na sociedade que minam os fundamentos da paz social, a coesão e o sentimento de pertencimento. Quando a extrema direita alcança a fusão entre a linguagem religiosa e a política, as mensagens políticas adquirem um grau de incontestabilidade e de uma verdade simbólica que limita a própria política. A consequência direta desse processo é impedir o debate, pois o que é “sagrado” nunca está em discussão.

A ausência, por outro lado, de uma estratégia sindical orientada a enfrentar as mudanças profundas nas relações de trabalho e na sociedade coloca-se como limitação preponderante nas respostas sindicais à ofensiva conservadora em curso no Brasil.

A revitalização dos sindicatos é uma necessidade urgente

As abordagens em torno da recuperação sindical precisam responder aos dilemas de correntes do mundo do trabalho que colocaram, no centro das análises, o perfil heterogêneo da classe trabalhadora resultado do processo de reestruturação e flexibilização das relações produtivas, sendo que as novas tecnologias desempenharam um papel importante na reprodução da força de trabalho e em sua regulação. Com a reforma trabalhista,



11 - Ver Brown, Wendy (2019) *In the ruins of neoliberalism: the rise of anti-democratic politics in the West*, New York, Columbia University Press.

além da redução de direitos, ocorre a perda da capacidade de negociação dos sindicatos, já que a reforma transfere para a empresa, e até mesmo para o trabalhador individual, a solução dos conflitos e a definição da regulamentação da relação de emprego.

A reforma trabalhista trouxe uma mudança significativa de regulação do trabalho, pois altera as relações de emprego e acaba, a médio prazo, produzindo efeitos ruins à economia, ao mercado de trabalho, à proteção social e à forma de organização da sociedade brasileira. É uma reforma que decorre de pressões do capital e do momento político de fragilidade dos partidos políticos progressistas, e vem amplificar e consolidar mudanças instituídas na lei e na prática das relações de trabalho. Ela se insere numa perspectiva de flexibilização das relações de trabalho que, a pretexto de modernizar a legislação, reduz e retira direitos, aumentando a vulnerabilidade do trabalhador e incidindo negativamente sobre suas formas de organização. A reforma trabalhista constitui um sistema que amplia o poder e a liberdade do capital para determinar as condições de contratação, uso e remuneração do trabalho.

Com o fim do mandato presidencial de extrema direita, que implementou a política econômica neoliberal, entre os mais importantes impactos produzidos sobre o sindicalismo destacou-se o tema da sua sustentação financeira. A ausência, por outro lado, de uma estratégia sindical orientada a enfrentar as mudanças profundas nas relações de trabalho e na sociedade prejudicou as respostas sindicais à ofensiva conservadora em curso no Brasil. Com isso, o que ocorreu foi respostas imediatistas, quase que exclusivamente compostas de iniciativas

que buscavam a preservação das estruturas das entidades, sem qualquer ênfase sobre a necessidade de se repensar sua representatividade com os trabalhadores e o seu papel na sociedade.

O Brasil figura entre um dos países mais sindicalizados da América Latina. São 20% dos trabalhadores ocupados que estão associados a algum sindicato (PNAD, 2015). De acordo com o último levantamento do IBGE sobre sindicalização, depois de vários anos de redução percentual do número de trabalhadores sindicalizados, houve um aumento de 6,9% em 2014 e 11,4% em 2015. Os setores de serviços de construção, comércio e alojamento e alimentação tiveram

aumento no número de sindicalizados entre 2014 e 2015 (PNAD, 2015). O número de trabalhadores sindicalizados aumentou de 3 milhões e 26 mil para 3,6 milhões em 2015.

O principal motivo de associação ao sindicato é a defesa dos direitos dos trabalhadores com 50,8% da amostra. Os serviços ofertados pelos sindicatos foram o motivo de 20,2% dos sindicalizados. No entanto, chama atenção o percentual de trabalhadores filiados apenas porque achavam obrigatório, que compõe

26,9% da amostra. Em nível nacional, apenas 18,2% dos filiados participavam das atividades promovidas pelos sindicatos. Na região sudeste, o percentual é ainda mais baixo, chegando a 12,4%. Entre aqueles que participavam das atividades dos sindicatos, o maior percentual corresponde às assembleias (76,8%), seguido de cursos, palestras ou debates (56,3%) e eventos comemorativos (46,1%). Os espaços de lazer e socialização tiveram participação de 26,9 %.

No total dos sindicatos, um percentual de apenas 17,5% teve participação em negociação ou dissídio coletivo. Ou seja, dos 13,5 milhões

No total dos sindicatos, um percentual de apenas 17,5% teve participação em negociação ou dissídio coletivo. Ou seja, dos 13,5 milhões de trabalhadores sindicalizados, apenas 2,4 milhões pertencem a sindicatos que participaram de negociação ou dissídio coletivo.



de trabalhadores sindicalizados, apenas 2,4 milhões pertencem a sindicatos que participaram de negociação ou dissídio coletivo.

Os dados da PNAD 2015 demonstram com clareza os problemas estruturais do sindicalismo brasileiro. O número de sindicalizados não reflete a ação sindical fundamental das negociações coletivas, com a participação de menos de um quinto dos sindicalizados. Ainda que a motivação principal de se filiar ao sindicato tenha sido a defesa dos interesses dos trabalhadores, a participação de somente 18,2% em atividades sindicais constitui um resultado alarmante. Diante deste quadro, pode-se notar que a principal prioridade das centrais sindicais é empregar esforços intelectuais, políticos e de mobilização para estimular a participação sindical. Houve um afastamento dos sindicatos da vida do trabalhador que é também cidadão e consumidor. Diferentemente da classe operária fabril do século XX, os trabalhadores do século

XXI possuem múltiplas identidades com o predomínio das relações de consumo e do pertencimento religioso, mas também questões de raça e sexualidade. As múltiplas identidades dos trabalhadores colocam o desafio de se unirem em torno de uma agenda comum com diversidade.

Aumentar o número de trabalhadores sindicalizados é parte desta tarefa, mas não é o suficiente. Há uma questão de fundo que consiste em desfazer uma ordem social neoliberal que conquistou corações e mentes e possui, em sua essência, ideias e práticas antissindicais. Não resta dúvida de que essa ordem social neoliberal conseguiu entrar na vida material e espiritual das pessoas. Ainda que mentirosa, ela fortaleceu a crença de que os problemas dos trabalhadores são sempre problemas individuais e as responsabilidades são também sempre individuais. Neste contexto, o maior desafio consiste em reconectar os sindicatos com os problemas materiais das pessoas e com o seu cotidiano.

Propostas da UGT na construção do tripé Democracia, Paz e Trabalho

Democracia

a) Ampliar o conceito de democracia que vai além da representação e competição entre partidos para assumir os diferentes níveis de governo e do parlamento. Fortalecer o conceito de acesso aos serviços públicos como condição importante da democracia.

b) Garantir que o modelo econômico e que as estratégias de crescimento econômico sejam objeto das escolhas eleitorais e das escolhas plebiscitárias. A economia é importante demais para ficar nas mãos de supostos técnicos e do mercado financeiro.

c) Avançar na construção de uma democracia igualitária ¹². A democracia igualitária é aquela em que os direitos e as liberdades dos indivíduos são protegidos em todos os grupos sociais. O suposto é que as desigualdades materiais e imateriais inibem o exercício das liberdades e direitos formais. Ela se define quando todas as classes possuem acesso às instituições do Estado, às políticas públicas universais de saúde,

educação e aposentadoria e acesso aos recursos públicos de um modo geral. Como exemplo, em uma escala de “0” a “1” utilizada pelo V-Dem (Varieties of Democracy) ¹³, o Brasil ficou com sua média mais alta no período entre 2003 e 2015 (0,63). No período de 2019 a 2021, o país fica com uma média de 0,35, retornando à média do final dos anos de 1980 ¹⁴.

d) Maior utilização de referendos/plebiscitos para assuntos que mexam com questões globais de saúde, economia e meio ambiente. O Brasil ainda tem muito a avançar na utilização de mecanismos de democracia diretos, tais como iniciativas populares, referendos, plebiscitos, bem como conselhos deliberativos em diferentes níveis. Na escala de “0” a “1” utilizada pelo V-Dem (Varieties of Democracy), a média mais alta do Índice de Voto Popular Direto foi de 0,165 entre 2005 e 2012. Entre 2016 e 2021, essa média caiu para 0,023.

e) Tratar a participação e a politização dos sindicalizados como tarefa prioritária. Não se trata aqui de política partidária e nem mesmo

12 - Ver Coppedge, Michael, John Gerring, Carl Henrik Knutsen, Staffan I. Lindberg, Jan Teorell, David Altman, Michael Bernhard, Agnes Cornell, M. Steven Fish, Lisa Gastaldi, Haakon Gjerløw, Adam Glynn, Sandra Grahn, Allen Hicken, Katrin Kinzelbach, Kyle L. Marquardt, Kelly McMann, Valeriya Mechkova, Anja Neundorff, Pamela Paxton, Daniel Pemstein, Oskar Rydén, Johannes von Römer, Brigitte Seim, Rachel Sigman, Svend-Erik Skaaning, Jeffrey Staton, Aksel Sundström, Eitan Tzelgov, Luca Uberti, Yi-ting Wang, Tore Wig, and Daniel Ziblatt. 2023. “V-Dem Codebook v13” Varieties of Democracy (V-Dem) Project. Disponível em <https://v-dem.net/> Acessado em 3 de março de 2023.

13 - <https://www.v-dem.net/>

14 - Ver Coppedge, Michael, John Gerring, Carl Henrik Knutsen, Staffan I. Lindberg, Jan Teorell, David Altman, Michael Bernhard, Agnes Cornell, M. Steven Fish, Lisa Gastaldi, Haakon Gjerløw, Adam Glynn, Sandra Grahn, Allen Hicken, Katrin Kinzelbach, Kyle L. Marquardt, Kelly McMann, Valeriya Mechkova, Anja Neundorff, Pamela Paxton, Daniel Pemstein, Oskar Rydén, Johannes von Römer, Brigitte Seim, Rachel Sigman, Svend-Erik Skaaning, Jeffrey Staton, Aksel Sundström, Eitan Tzelgov, Luca Uberti, Yi-ting Wang, Tore Wig, and Daniel Ziblatt. 2023. “V-Dem Codebook v13” Varieties of Democracy (V-Dem) Project. Disponível em <https://v-dem.net/> Acessado em 3 de março de 2023.

de ideologização dos sindicatos, mas de vencer a ideologia que prega contra os sindicatos e reaproximar os sindicatos do cotidiano das pessoas e das suas vidas.

f) Reforçar o conceito do sindicato ampliado ou sindicato cidadão que atua além das questões estritamente salariais. Um sindicato que discute a moradia, os espaços públicos de lazer, a educação pública de qualidade, o meio ambiente, a mobilidade urbana e a qualificação profissional.

g) Construir um discurso que possa atuar sobre os vários interesses dos trabalhadores em conjunto com os movimentos sociais específicos e das periferias.

h) Definição das regras de funcionamento dos sindicatos pelos próprios sindicatos. O aprofundamento da democracia passa pela capacidade das organizações da sociedade civil definirem suas próprias regras de funcionamento sem a tutela do Estado. Os sindicatos não podem ser tutelados nem pelo capital e nem pelo Estado. É neste contexto de fortalecimento da democracia em suas várias dimensões de engajamento cívico que a UGT defende uma Autorreforma Sindical.

i) Fortalecer a agenda da Autorreforma Sindical. A regulação do sistema sindical dos trabalhadores (urbanos, rural e estatutários) através da criação de uma Câmara de Autorregulação dos Trabalhadores. Do mesmo modo ocorrerá com a representação dos empregadores. Fortalecer a UGT como representante de toda cadeia produtiva, permitindo desta forma uma maior avaliação da efetividade de representação de trabalhadores e avaliação de possíveis e necessárias fusões de sindicatos como fortalecimento da ação sindical.

j) Fortalecer a transparência sindical por meio de uma prestação de contas sindical e financeira: a ampliação da legitimidade dos sindicatos frente aos trabalhadores e à sociedade como um todo passa pela prestação de contas em sentido amplo (accountability) – ganhos obtidos com as negociações, serviços oferecidos pelos sindicatos, prestação de contas do uso das finanças dos sindicatos nas ações sindicais e serviços realizados.



Paz

a) Para avanço da paz social, e maior unificação da sociedade, é preciso denunciar com muito vigor o uso da religião pela extrema direita.

b) Construção de espaços de diversidade e diálogo cultural e religioso para o desenvolvimento de uma cultura de tolerância.

c) Iniciativas culturais e de lazer para se desfazer preconceitos e valores autoritários que fundamentam os discursos de ódio.

d) Contribuir para a construção de frentes amplas com vários tipos de organização social e cultural para disseminação de valores de autoexpressão, com maior ênfase no respeito ao meio ambiente, à diversidade étnica, cultural e sexual.

e) Regulação das plataformas para que elas se comprometam com a desmonetização e eliminação de páginas e canais que disseminam os discursos de ódio e ataques à democracia.

Trabalho

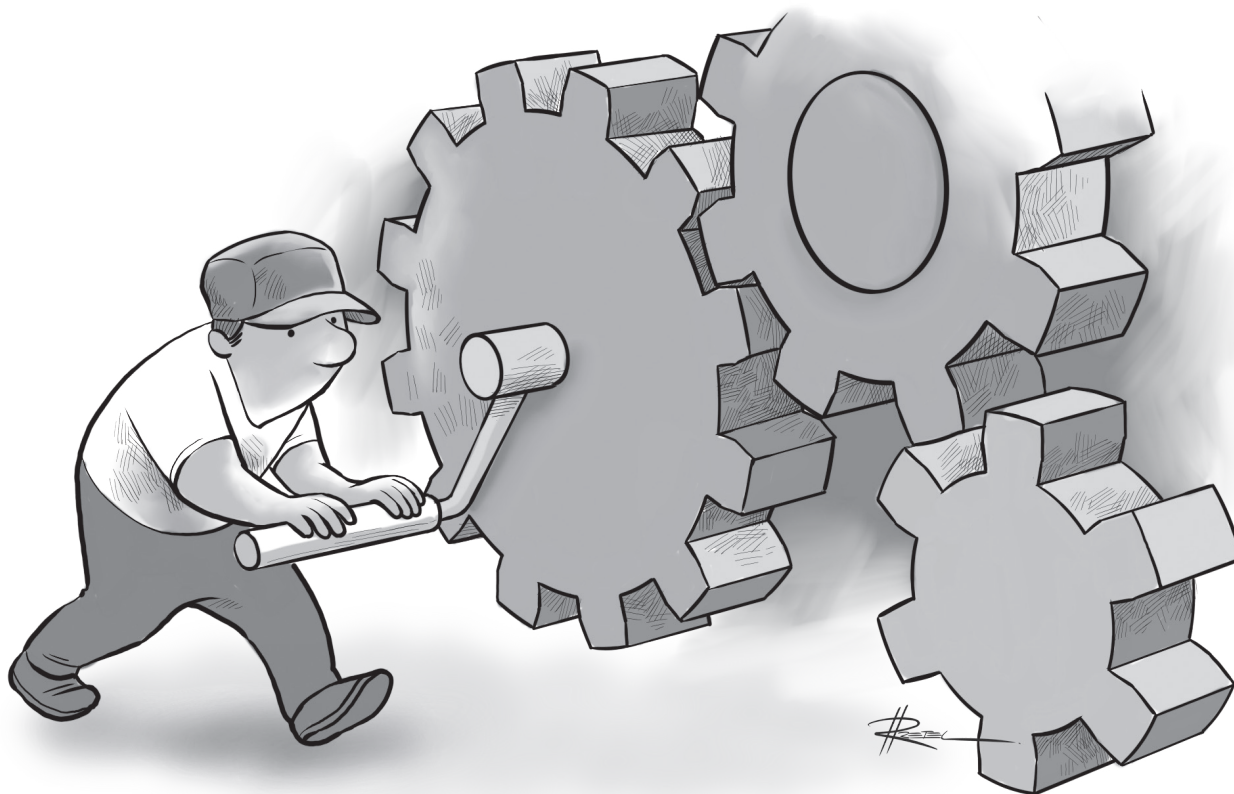
a) A UGT ser protagonista na estratégia de uma transição verde no Brasil com distribuição de renda e criação de empregos. Em vários lugares do mundo, especialmente no continente europeu, as centrais sindicais são atores fundamentais na elaboração de propostas para uma transição verde com inclusão e equidade social, com a garantia de universalização de acesso aos direitos previstos em nossa Constituição.

b) Avançar em um ecossistema de bancos públicos comprometido com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, com o trabalho decente, e com o financiamento de uma transição verde com equidade social. As centrais sindicais possuem assento em conselhos do BNDES, Caixa Econômica Federal e agências como FINEP. A título de exemplo, as 3 vinícolas envolvidas com trabalho em condição análoga à escravidão possuíam 147 empréstimos com bancos públicos ¹⁵, somando R\$ 148 milhões com 18 empréstimos ativos no valor total de R\$ 66,2 milhões.

c) Pressionar as grandes corporações privadas em torno da responsabilidade social e ambiental (ESG), seja a partir do local de trabalho, do sindicato em níveis local e nacional e por meio da própria UGT.

d) Financiamento dos sindicatos: contribuição regular dos sócios definidos nos estatutos da entidade, contribuição negocial estendida aos trabalhadores não filiados, bem como manter receitas de atividades econômicas sem fins lucrativos realizadas pelos sindicatos. Garantir os percentuais (%) de distribuição pela estrutura vertical – Sindicato, Federação, Confederação e Central.

e) Negociação coletiva: reestabelecer a prevalência da convenção coletiva nacional/ setorial sobre acordos por empresa. As Convenções e Acordos Coletivos terão eficácia e deverão ser cumpridos por todos os abrangidos na negociação. Todos os trabalhadores serão beneficiados e todas as empresas deverão cumprir os termos da Convenção ou Acordo.



15 - <https://www.msn.com/pt-br/dinheiro/economia-e-negocios/vin%C3%ADcolas-ligadas-a-trabalho-escravo-t%C3%AAm-rdollar-66-milh%C3%B5es-em-empr%C3%A9stimos-ativos/ar-AA18q3u2?ocid=DELLDHP&li=AAgXC1>



**UNIÃO GERAL DOS
TRABALHADORES**

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador

www.ugt.org.br